D E C R E T A :

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Rege-se por este Decreto o Procedimento Administrativo de Reparação de Danos (PAR) previsto na Lei Estadual nº 8.972, de 13 de janeiro de 2020, abrangendo os danos causados a terceiros por agente público, agindo nessa qualidade, e ao Erário por agente público ou por particular, pessoa física ou jurídica.

§ 1º O PAR deve servir à apuração do nexo de causalidade entre a conduta do agente público ou do particular e o dano causado, repercutindo sobre a patrimonialidade material do Estado ou de terceiros.

§ 2º A decisão proferida pela autoridade competente no PAR deverá ser compatível com jurisprudência majoritária, enunciados de caráter vinculante e legislação vigente, adotando-se critérios objetivos para determinação da reparação ou do valor a ser ressarcido.

Art. 2º A admissibilidade, instauração, processamento, decisão e cumprimento relativos ao PAR são competência da Procuradoria-Geral do Estado, envolvendo os Poderes, órgãos ou entidades públicas referidos no art. 1º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 8.972, de 2020.

Parágrafo único. Do PAR resultará a concessão de tutela ressarcitória, assentada em decisão do Procurador-Geral do Estado, que visa à reconstituição do patrimônio ofendido pela conduta lesiva ou à obtenção de resultado equivalente.

Art. 3º O PAR destina-se à apuração de danos emergentes, de natureza patrimonial e material, originados de relação extracontratual e que demandem apuração objetiva, na forma do art. 128 da Lei nº 8.972, de 2020.

§ 1º Em caráter excepcional, serão admitidos no PAR os lucros cessantes e pensionamento, quando decorrentes de danos objetivamente aferíveis, devendo ser apurados e fixados de acordo com critérios objetivos e uniformes, assentados em jurisprudência majoritária, precedentes de caráter repetitivo, enunciados de súmulas vinculantes e na legislação vigente.

§ 2º Não estão compreendidos no âmbito do PAR os danos morais ou estéticos e o ressarcimento ao Erário ou ao agente público estadual de vantagens financeiras indevidamente pagas ou descontadas em razão de vínculo funcional, respectivamente, cuja solução deve ocorrer na forma da legislação vigente, especialmente da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e Lei nº 4.491, de 28 de novembro de 1973.

Art. 4º Na hipótese de o evento danoso também ensejar apuração por meio de procedimento sancionatório ou disciplinar, caberá à Administração certificar-se de sua existência, anexando as peças respectivas ao pedido de instauração de PAR, para que o Procurador-Geral do Estado, no exercício de juízo de admissibilidade, delibere sobre a conexão entre os procedimentos e a conveniência do sobrestamento da reparação de danos, em decisão motivada que deverá avaliar também os riscos de prescrição.

Art. 5º A Procuradoria-Geral do Estado poderá requisitar a quaisquer autoridades públicas estaduais as informações, documentos, avaliações, perícias ou providências necessárias à instrução do PAR.

Art. 6º O PAR poderá ser instaurado por iniciativa do interessado ou de Poder, órgão ou entidade em cujo âmbito se deu a ocorrência dos fatos, devendo contemplar também a apuração do direito regressivo quando identificado o agente público causador do dano e houver indício de dolo ou culpa.

§ 1º O requerimento do interessado deverá estar acompanhado de declaração por ele firmada, sob as penas da lei, acerca da inexistência de ação judicial ou, ainda, de pedido de suspensão do processo judicial, por até 120 (cento e vinte) dias úteis, quando não houve citação do Estado e a ação estiver fundada nas mesmas razões de fato e de direito que baseiam o pedido administrativo de reparação de danos.

§ 2º Quando realizada a citação da ação judicial de que trata o § 1º deste artigo, o pedido de suspensão do processo por até 120 (cento e vinte) dias úteis dependerá, para o acolhimento e admissibilidade do PAR, da anuência expressa do Estado, a critério do Procurador-Geral do Estado.

CAPÍTULO II DO DANO

Art. 7º O dano indenizável, para efeito da reparação de danos disciplinada por este Decreto, exige o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: I - ocorrência no âmbito de relação extracontratual;

II - lesão a direito ou bem juridicamente tutelado;

III - prejuízo efetivamente sofrido, assim considerado aquele de ocorrência certa;

IV - ser passível de apuração objetiva, que permita a determinação precisa de obrigação de fazer ou não fazer ou a quantificação objetiva da prestação pecuniária, na forma prevista neste Decreto.

Parágrafo único. O dano admissível no PAR deve ser subsistente, ou seja, não ter sido reconhecido pelo próprio agente causador de modo a exaurir a reparação, caso em que a solução deverá ser formalizada diretamente no âmbito do Poder, órgão ou entidade envolvido na ocorrência, que adotará as medidas necessárias para preservar o Erário e garantir o efetivo ressarcimento ao interessado.

Art. 8º Os danos causados por agente público, agindo nessa qualidade, podem resultar de ação ou omissão na prestação de serviços públicos, apurando-se, a partir dessa ocorrência, respectivamente, a responsabilidade objetiva ou subjetiva estatal.

Art. 9º São excludentes da responsabilidade civil estatal, para os efeitos do PAR, os danos materiais emergentes que:

I - resultem de fato exclusivo da vítima ou de terceiro(s); ou

II - decorram de caso fortuito ou força maior.

Art. 10. É atenuante da responsabilidade civil estatal, para os efeitos do PAR, a culpa ou fato concorrente da vítima ou de terceiros.

CAPÍTULO III DOS ATOS PREPARATÓRIOS DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE REPARAÇÃO DE DANOS

Seção I

Da Sindicância ou Auditoria Prévia

Art. 11. O PAR será, preferencialmente, precedido de sindicância ou auditoria prévia, observado o disposto no art. 105, § 1º, da Lei nº 8.972, de 2020.

§ 1º A sindicância ou auditoria prévia será instaurada pela autoridade competente do Poder, órgão ou entidade onde o fato se deu, servirá à apuração de indícios de autoria e materialidade da conduta e do dano causado e à antecipação de provas, e indicará, em relatório final, a possível existência de nexo de causalidade, a obrigação de fazer ou não fazer apta à reparação do dano ou, quando esta for inviável, a quantificação da indenização pretendida.

§ 2º Os autos da sindicância ou auditoria prévia acompanharão pedido da autoridade competente à Procuradoria-Geral do Estado, servindo para subsidiar o juízo de admissibilidade e instauração do PAR, ao qual serão anexados como peça informativa, nos termos do art. 129, parágrafo único, da Lei nº 8.972, de 2020, não vinculando a decisão final do procedimento.

Art. 12. A sindicância terá caráter investigativo e será conduzida por comissão formada por 03 (três) servidores estáveis, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para conclusão dos trabalhos, prorrogável uma única vez, por igual período.

Art. 13. A auditoria prévia seguirá a legislação aplicável à apuração preparatória de eventos danosos ao Erário, no âmbito das unidades de controle interno de cada Poder, órgão ou entidade interessados.

Seção II

Do Juízo de Admissibilidade

Art. 14. Na reparação de danos a terceiros ou ao Erário, o requerimento do interessado ou provocação de autoridade serão dirigidos ao Procurador-Geral do Estado, a quem cabe decidir sobre a instauração do PAR após parecer da área consultiva da Procuradoria-Geral do Estado, observados, no que couberem, os seguintes requisitos:

I - se o requerimento atende o disposto no art. 15 da Lei nº 8.972, de 2020, e §§ 1º e 2º do art. 6º deste Decreto;

II - se a provocação está acompanhada de sindicância ou auditoria prévia, caso instauradas;

III - se transcorrido o prazo de prescrição incidente;

IV - se o dano é de natureza patrimonial, material e extracontratual, além de objetivamente aferível, nos termos deste Decreto;

V - se o dano decorre de ação ou omissão de agente público, com possibilidade de configurar a responsabilidade objetiva ou subjetiva estatal;

VI - em caso de identificação do agente público causador, recomendar sua intimação no ato de instauração do PAR, para os efeitos regressivos futuros;

VII - indicação da obrigação apta à reparação do dano ou, se for o caso, do montante atualizado da indenização pretendida; e

VIII - se o evento danoso também ensejou apuração por meio de procedimento sancionatório ou disciplinar, para decisão sobre a conexão entre os procedimentos e a conveniência do sobrestamento da reparação de danos, desde que não haja risco de prescrição.

§ 1º No PAR ao Erário, de iniciativa da Administração, após o parecer de admissibilidade e antes da decisão do Procurador-Geral sobre sua instauração, o terceiro potencial causador do dano será notificado para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar seu interesse sobre a solução do conflito pela via administrativa, ficando ciente de que seu silêncio implicará anuência tácita à instauração.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, havendo expressa recusa do terceiro potencial causador à instauração do PAR, ficará prejudicada sua admissibilidade, sujeitando-se o conflito à solução pela via judicial.

§ 3º Preenchidos os requisitos e admitido o requerimento ou a provocação, será o PAR instaurado por meio de portaria, que designará o Procurador do Estado responsável pela instrução (Procurador-Instrutor), dentre os integrantes da área contenciosa correlata ao objeto do processo.

§ 4º Inadmitido o requerimento ou a provocação, o Procurador-Geral do Estado determinará a ciência do interessado ou do Poder, órgão ou entidade provocante.

§ 5º Contra a decisão proferida pelo Procurador-Geral na etapa de admissibilidade caberá um único pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, dirigido à própria autoridade, sem efeito suspensivo.

§ 6º No exercício da admissibilidade, o Procurador-Geral do Estado poderá declarar suficiente ao PAR a apuração feita no âmbito da sindicância, auditoria prévia ou procedimento sancionatório precedente e conexo, especialmente quando entender exauridas as provas, reconhecido o evento danoso e identificado o agente causador, caso em que os procedimentos preparatórios serão admitidos como determinantes da solução do litígio, sem prejuízo do exercício do contraditório e ampla defesa pelo interessado.

CAPÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE REPARAÇÃO DE DANOS

Seção I

Do Procedimento Administrativo de Reparação de Danos a Terceiros

Art. 15. O PAR a terceiros, de iniciativa do interessado, observará o seguinte rito:

I - o requerimento será protocolizado na Procuradoria-Geral do Estado, em até 05 (cinco) anos contados do ato ou fato que houver dado causa ao dano;

II - o requerimento deve atender os requisitos do art. 15 da Lei nº 8.972, de 2020, inclusive indicando o valor da indenização pretendida, se for o caso;

III - caberá ao Procurador-Geral do Estado, após parecer jurídico exarado pela área consultiva da Procuradoria-Geral do Estado, decidir sobre a admissibilidade do PAR;

IV - admitido o requerimento, o PAR será instaurado por meio de portaria do Procurador-Geral do Estado, que designará Procurador-Instrutor entre